

**PARECER JURÍDICO N.º 233/2019.**

**REF.: SID N.º 15.877.688-0 – LICITAÇÃO MATERIAL  
EXPEDIENTE – LOTE 05- ANULAÇÃO.**

Trata-se de solicitação de emissão de parecer jurídico acerca da ocorrência narrada no Memorando nº 196/DELI/2019.

Conforme consta no referido memorando, o número de unidades referente aos itens 38, 39 e 40 gera dúvidas de interpretação – sendo que afeta diretamente as propostas apresentadas – **conforme ali demonstrado há um lance muito acima da média.**

Consta o questionamento do licitante, que apresentou a proposta superior aos demais.

O processo está instruído com os documentos de fls. 02/35.

É, em breve síntese o relatório.

Considerando o exposto, **impende salientar que, na seara do Direito Administrativo, “diversas são as causas que determinam a extinção dos atos administrativos ou de seus efeitos. Duas delas são as mais comuns e importantes: a revogação e a anulação...”**<sup>1</sup>

E, esclarecendo-se que a anulação decorrerá de atos viciados, podendo ser promovida tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário, e que a revogação justifica-se por motivos de conveniência e oportunidade do ente que exarou o ato, somente sendo possível ser efetivada pelo mesmo, cabe citar o seguinte entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

Súmula nº 473

---

<sup>1</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 414.

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Tratando especificamente do tema no âmbito das licitações e contratações públicas, cumpre trazer à baila o disposto no art. 105 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos:

Art. 105 A Autoridade Competente para homologar o resultado do certame poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

§ 1º A nulidade do processo licitatório, do procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação induz à nulidade do contrato.

**§ 2º Iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que os Licitantes possam exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa prévios, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os Licitantes renunciando esse direito.**

E, oportuno colacionar as seguintes considerações da doutrina acerca dos aludidos institutos:

"Há distinção entre revogação e anulação. A primeira só pode ser feita pela Administração, e tem como base a conveniência e a oportunidade; entretanto, apenas admissível diante de fato superveniente devidamente comprovado.

A segunda constitui poder-dever da Administração, mas pode ser feita pelo Judiciário, fundamentando-se na ilegalidade e consequente nulidade do processo. A doutrina recomenda, para a anulação, a ocorrência de justa causa, conforme previa o art. 740 do Código de Contabilidade e a Súmula 473 do STF.

No caso de revogação, quando não há justa causa, a doutrina analisa com acuidade o direito do licitante à reparação" (...).<sup>2</sup>

Nesse sentido converge a jurisprudência:

---

<sup>2</sup> MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. p. 610-611

"A Administração Pública constatando vícios de qualquer natureza em procedimento licitatório tem o dever de anulá-lo, em homenagem aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade" (REsp nº 686.220/RS, 1ª T., rel. Min. Jose Delgado, j. em 17.02.2005, DJ de 4.04.2005).

No caso em tela, conforme apontado no memorando nº 196/DELI/2019 – o vício narrado é capaz de macular a ampla competitividade, haja vista que da leitura do Termo de Referência, LOTE - 05, itens 38, 39 e 40, tem-se uma interpretação divergente - o que levou os licitantes à formulação de propostas controversas.

Desta feita, **verifica-se possível a extinção do LOTE 05, desde que seja garantido aos licitantes o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 dias uteis (ressalvada renúncia expressa), bem como haja aprovação do pleito de anulação pela Autoridade Competente.**

Por fim, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, sendo que esta Superintendência efetua a análise, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na seara da conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

É o parecer.

Curitiba, 01 de agosto de 2019.

Poliana de Souza Cardoso  
Advogada I